

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

1) ABERTURA – No décimo sétimo dia do mês de novembro de 2023, às 14h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito na Rua Jaú nº 880 Sala 54, Praia Grande, SP, estiveram presentes os senhores Gilmar Augusto Garcia, Ricardo Pereira da Silva e Victor Lopes Schiavetti. Dando início à reunião, o Subsecretário de Gestão Previdenciária, agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos convocando o Sr. Victor Lopes Schiavetti, Presidente do Comitê de Investimentos, para conduzir a reunião.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO – Foram apresentados aos membros do comitê o Relatório Analítico dos Investimentos e o Panorama Econômico de Outubro/2023, publicados no mês 11/2023 pela Consultoria contratada Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lido e discutido e aprovados, os relatórios foram anexados na presente Ata;

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE OUTUBRO DE 2023 – 3.1 - Enquadramento: Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e Política de Investimento/2023: As aplicações do FPGPREV encontram-se enquadradas nos limites e critérios estabelecidos na Política de Investimentos de 2023 e na Resolução CMN nº 4.963/2021, totalizando no referido mês a carteira com R\$853.634.778,63 (Renda Fixa R\$702.917.945,23 – 82,34%, Renda Variável e estruturados R\$126.064.959,52 - 14,77% e Exterior R\$24.651.873,88 – 2,89%); A Carteira de Investimentos encerrou o mês com um retorno negativo de R\$2.873.472,41 (-0,33%) contra uma meta de 0,68%. Até o momento, a carteira de investimentos do FPGPREV atingiu 94,96% da Meta estabelecida na Política de Investimentos para 2023; (3.2) Relatório da Carteira: Apresentado aos presentes a composição da atual carteira para análise da quantidade de cotistas em cada fundo de investimento com os percentuais sobre do PL do FPGPREV aplicados e os respectivos saldos; 3.3) Resultado das aplicações financeiras após as movimentações de outubro/2023: Apresentado, para análise, os retornos individuais de cada fundo de investimento que compõem a carteira do FPGPREV; 3.4) Total do patrimônio líquido do FPGPREV por gestores e administradores;

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS: Foram analisadas, pelos membros, as performances, objetivos, características, composição de carteira, rentabilidades, taxa de administração, riscos de investimentos, dos fundos, parte do portfólio de fundos de investimentos do FPGPREV. Diante de todo o cenário macroeconômico, o cenário externo ganhou mais forma, apesar de a incerteza persistir. Enquanto o BCE deu indícios de que seu ciclo de aperto chegou ao fim, o Fed ainda se mostrou incerto quanto à restrição atual. Nesse contexto, os juros longos americanos continuaram a avançar, porém sem grandes efeitos no DXY. Assim, a taxa de câmbio fica mais sensível aos eventos domésticos, como a incerteza fiscal. Ainda assim, mantemos a projeção de R\$ 5,10/US\$. Os dados de outubro apontam para um ponto de inflexão na atividade

econômica. O setor de serviços, que vinha sustentando os ganhos, teve forte queda, enquanto o mercado de trabalho e a confiança dos empresários já sinalizam fraqueza. Com isso, projetamos queda de 0,1% t/t no PIB do 3º tri. A dinâmica corrente da inflação permanece benigna, apesar de esperarmos alguma aceleração nas leituras restantes de 2023. Para 2024, o cenário ainda se mostra incerto, com leve viés de alta. Com isso, o Copom manteve a cautela, nos levando a esperar um ciclo mais lento de queda da Selic.

- A meta de resultado primário de 2024 voltou ao centro do debate após o governo sinalizar que poderia alterá-la de um déficit zero para 0,5% do PIB. O abandono precoce da meta tende a dificultar o reequilíbrio fiscal e compromete a credibilidade do NAF, o que reduz espaço para corte de juros.

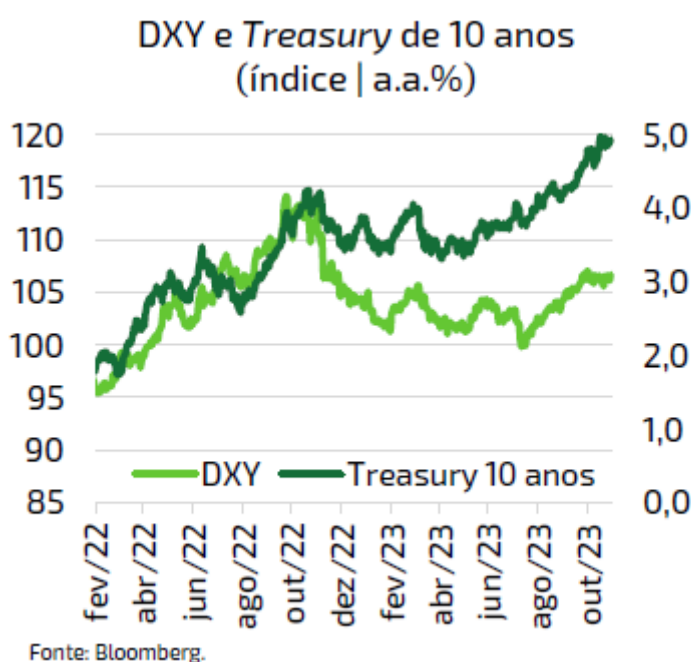
SELIC			PIB		
Set-23	2023	2024	2022	2023	2024
12,75%	11,75%	9,0%	2,9%	3,0%	1,5%

IPCA			Taxa de Câmbio (R\$/US\$)		
Set-23	2023	2024	Out-23	2023	2024
5,2%	4,5%	3,9%	5,06	5,10	5,20

Economia internacional e taxa de câmbio

Em outubro, acompanhamos o cenário internacional ganhar mais forma, apesar de a incerteza persistir. Na Zona do Euro, o BCE manteve as taxas de juros, conforme esperado. O comunicado e a coletiva da presidente Cristine Lagarde, apesar de não terem descartado a possibilidade de novas altas, dão sinais de que, a partir de agora, a preocupação do BCE com o ritmo de crescimento pode pesar mais do que a velocidade da desinflação em si. Neste sentido, a leitura preliminar do PIB do 3º tri., do bloco europeu, mostrando um recuo de 0,1% t/t, ante expectativa de estabilidade, acabou confirmando a desaceleração prevista, de forma que vemos como mais provável a manutenção do juro elevado por mais tempo, do que uma retomada do aperto. Nos EUA, o PIB, do 3º tri., mostrou avanço de 4,9% ante o anterior (t/t), em termos anualizados, vindo acima do esperado (4,5%) e acelerando em relação ao 2º tri. (2,1%). O dado mostra a resiliência da atividade econômica, mantendo e forte mesmo após forte elevação de juros. Por isso, havia o receio de que a surpresa com o PIB materializasse a última elevação de juros em 2023 que as projeções da autoridade monetária mostram. Entretanto, na decisão de 01/nov, o Fed manteve a taxa de juros no intervalo de 5,25%-5,50%, mas novamente não deu qualquer sinal de um encerramento do ciclo de alta, permanecendo com uma postura dependente aos dados. Nesse sentido, mantemos nossa perspectiva de que o Fed promova mais uma elevação de 0,25 p.p. nas fed funds até o fim de 2023, com o início de cortes somente no 2º semestre de 2024. Assim, diante do temor persistente de que o Fed ainda não tenha encerrado o ciclo, a Treasury de 10 anos continuou avançando em

outubro (+0,36 p.p.), mantendo as condições financeiras globais apertadas, em um novo mês volátil. Apesar disso, o dólar manteve-se, relativamente, estável com o DXY em leve alta (0,5%). Com isso, o câmbio também caminhava para fechar o mês estável. No entanto, em meio à incerteza com a política fiscal doméstica, após falas dos membros do governo sinalizando dificuldade no cumprimento da meta de primário zero em 2024, o câmbio reagiu, fechando o mês com alta de 1,0%, cotado a R\$ 5,06/US\$. Em nossa visão, o cenário externo tende a continuar desafiador enquanto não houver um sinal claro de fim de aperto por parte do Fed. Tal contexto, somado ao risco fiscal doméstico, contribuirá para manter o câmbio mais depreciado. Assim, mantemos nossa projeção de R\$ 5,10/US\$.

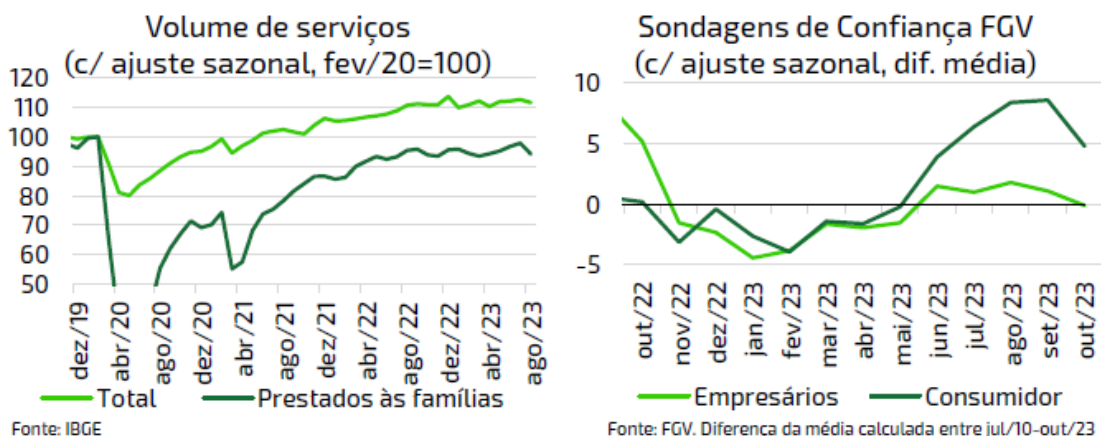


Atividade econômica

Os dados divulgados em outubro sinalizam um ponto de inflexão na atividade econômica. Em agosto, os serviços, que até então vinham tendo bom desempenho, retraíram 0,9% na margem, com destaque para a forte queda nos serviços às famílias (-3,8%), que voltaram ao patamar de abril. Da mesma forma, o varejo ampliado (-1,3%) e a produção industrial (0,2%) mantiveram o comportamento cíclico que vinham apresentando este ano, com os setores mais ligados à renda com algum dinamismo e aqueles mais dependentes do crédito com retração. Neste contexto, o IBC-Br caiu 0,8%, o que aponta para um PIB fraco no 3º tri. Assim, revisamos a nossa projeção de +0,1% t/t para -0,1% t/t. O desempenho fraco da atividade já se manifesta no mercado de trabalho. Em setembro, o saldo de empregos formais do Caged desacelerou (+94,5 mil) e a taxa de desemprego (7,8%) subiu 0,1 p.p. em relação ao trimestre móvel encerrado em agosto. Por outro lado, o rendimento médio e a massa de rendimentos avançaram ambos ao ritmo de 0,6% m/m, com o rendimento médio ultrapassando o

nível pré-pandemia pela 1ª vez desde fev/2020, o que tende a conter o ritmo de desaceleração da atividade via consumo das famílias.

Em outubro, os dados de confiança dos consumidores e dos empresários dos 4 setores pesquisados (indústria, comércio, serviços e construção) na sondagem da FGV registram queda simultaneamente, o que também sugere um PIB fraco no 4º tri. (esperamos 0,0% t/t). Assim, revisamos a nossa projeção para o crescimento do PIB de 3,1% para 3,0% em 2023.



Para 2024, esperamos que o ciclo de desaceleração continue, principalmente pelo enfraquecimento do mercado de trabalho e o esgotamento dos efeitos de transbordamento da agropecuária e dos impulsos fiscais. Apesar do ciclo de corte na taxa Selic, a política monetária ainda deve ficar contracionista por algum tempo. No cenário internacional, o crescimento das economias avançadas também deve ser menor. Com taxas de juros elevadas globalmente, a demanda doméstica (consumo, investimento, importação) e a externa (exportação) tendem a ser mais fracas, com impacto na produção. Dessa forma, mantemos a projeção de crescimento do PIB em 1,5% em 2024.

Juros e inflação

Na dinâmica da inflação, o cenário corrente continuou benigno. O IPCA-15 de outubro variou 0,21%, em linha com as expectativas. A leitura marcou uma leve aceleração da inflação em 12 meses, de 5,0% para 5,05%. Entretanto, a composição do indicador foi positiva, mostrando uma nova descompressão nos núcleos de inflação, que arrefeceram tanto por uma leitura mais fraca em bens industriais (-0,01%) quanto em serviços subjacentes (0,14%). No entanto, para as próximas leituras, os itens mais voláteis podem compensar a dinâmica atual positiva dos núcleos. Em destaque, as deflações do grupo de alimentação, que ocorrem desde de junho, devem se reverter a partir de novembro, visto a reação parcial do preço do boi gordo e a sazonalidade positiva do período, por conta das festividades. Enquanto isso, apesar do corte no preço nas refinarias da Petrobras, que levará a gasolina a cair nas leituras de outubro e novembro, o conflito no Oriente Médio persiste, mantendo a incerteza em relação ao preço do petróleo no mercado internacional. Nesse contexto, por ora, o saldo ainda é baixista para o IPCA de 2023, o qual revisamos para 4,5%. Para 2024, a incerteza persiste e

nosso balanço de riscos tem ganhado viés altista. De concreto, já fora anunciado que o ICMS sobre gasolina, diesel e botijão de gás irá subir a partir de fev/2024, medida que, sozinha, eleva a inflação de 2024 em +0,2 p.p.. No entanto, outros riscos permanecem no radar, como o El Niño e a política fiscal expansionista. Quanto ao fenômeno climático, consideramos um impacto bem limitado sobre a inflação de alimentos. Por outro lado, tem crescido a possibilidade de uma demanda agregada ainda aquecida em 2024, via gastos do governo. Por enquanto, apenas incorporamos a elevação dos impostos no nosso cenário, de forma que nossa projeção para o IPCA em 2024 subiu para 3,9%.

Tal contexto tem levado o Copom a manter a postura cautelosa neste ciclo de flexibilização. Na reunião de 01/nov, o comitê manteve o ritmo de 0,50 p.p. e reduziu a Selic para 12,25% a.a.. O Copom deu bastante destaque para o cenário externo, que se mostra mais desafiador. Em seu balanço de riscos, o ambiente externo parece ter ganhado mais peso, exigindo cautela na condução da política monetária. Quanto ao cenário doméstico, mesmo com os sinais positivos da inflação corrente e com a esperada desaceleração da atividade, o Copom elevou suas projeções para 2024 e 2025, as quais também incorporam uma trajetória de Selic mais elevada que a reunião passada. Assim, nos parece que o contexto externo irá limitar o orçamento do comitê, que reafirmou a manutenção do ritmo nas próximas reuniões (ou seja, dez/23 e jan/24). Nesse sentido, mantemos nosso cenário de juros, mas agora incorporando uma flexibilização mais lenta ao longo de 2024.

Projeções do Copom

Ano	2023	2024	2025
Meta	3,25%	3,0%	3,0%
FOCUS	4,6%	3,9%	3,5%
Copom	4,7%	3,6%	3,2%

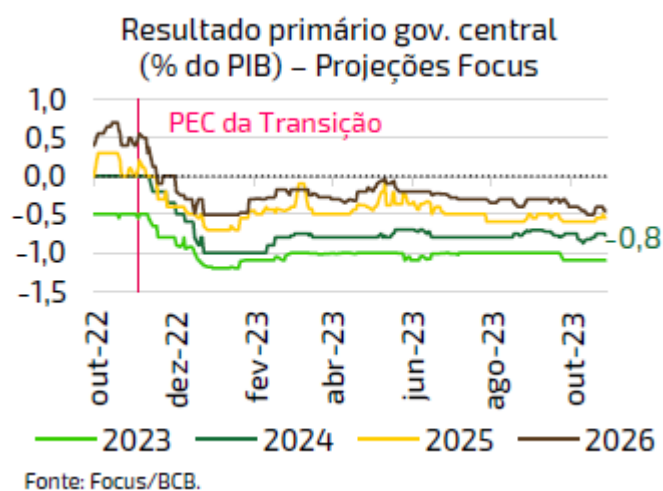
Projeções com a trajetória da taxa de juros extraída da pesquisa Focus e *taxa de câmbio partindo de R\$ 5,00/US\$ e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC).

O governo vai mudar a meta de equilíbrio fiscal em 2024?

A meta de resultado primário para 2024 voltou ao centro do debate recentemente. Atualmente igual a um déficit zero (receita = despesa), especulasse que ela pode ser alterada para um déficit de 0,5% do PIB na votação da LDO. A motivação do governo é simples de entender: com o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) em funcionamento, em caso de iminência do não cumprimento da meta, são acionados gatilhos que implicam em contingenciamento de despesa no ano corrente e crescimento menor do gasto no ano seguinte (50% da receita). Assim, diante da dificuldade de reequilíbrio das contas, em caso de alteração da meta, o governo não precisaria contingenciar despesas em 2024 (ano eleitoral) e o gasto poderia crescer mais em 2025 (70% da receita). Desde

a PEC da Transição, o mercado é cético quanto ao reequilíbrio das contas públicas em 2024, dada a disposição do governo em aumentar despesa e a dificuldade conhecida de elevar a receita. Assim, um resultado em torno de -0,8% do PIB em 2024 já é esperado e está embutido nos preços dos ativos. Contudo, a indisposição do governo para cumprir a meta tende a se tornar uma “profecia autorrealizável” de que o resultado deve ficar abaixo do projetado. Para tentar atingir o déficit zero em 2024, o governo apresentou no PLOA uma série de medidas para aumento da receita (R\$ 168 bi) que dependem da aprovação do Congresso. Mesmo que integralmente aprovadas – o que não parece provável –, elas tendem a gerar arrecadação inferior ao projetado (R\$ 85 bi), de maneira que algum esforço pelo lado da despesa ainda seria necessário. Do lado da despesa, acredita-se que a eliminação de possíveis irregularidades no cadastro do Bolsa Família e do INSS, assim como a desvinculação à receita dos gastos com saúde e educação, poderiam poupar R\$ 50 bi, que ajudariam a zerar o déficit em 2024 (R\$ 83 bi). Veja que com o fim do Teto dos Gastos, as despesas voltaram a ser vinculadas as receitas, portanto, para conseguir uma redução significativa do déficit para o ano que vem, não seria necessário cortar despesas, mas evitar que um volume significativo de despesas adicionais (R\$ 31 bi) sejam geradas. Com o abandono precoce da meta, o próprio governo e o legislativo se sentirão menos dispostos a tomar medidas que impliquem em aumento de receita e contenção de despesa que levem ao reequilíbrio fiscal. Cabe lembrar que, embora tenha reduzido o risco de um crescimento insustentável da dívida pública, o NAF necessita vir acompanhando de um ajuste fiscal. Além de fragilizar a nova regra, a falta de compromisso com o equilíbrio das contas públicas tende a pressionar a inflação via estímulo à demanda e manter elevado o risco país.

Com isso, o espaço para queda de juros tende a diminuir.



5) ANALISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE - As receitas de CONTRIBUIÇÕES MENSAIS deverão ser aplicadas: no fundo ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI referente a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, os valores referentes ao aporte ou de parcelamentos, no Fundo específico SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM FIC RF e o restante devendo ser aplicado no fundo BRADESCO PREMIUM FI RF DI e, caso haja contribuições inferiores a R\$200.000,00 (valor mínimo para movimentação do fundo BRADESCO PREMIUM FI RF DI), deverá ser utilizado o fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF.

Em relação aos OUTROS CRÉDITOS que o FPGPREV venha receber, deverão ser alocados no fundo BRADESCO PREMIUM FI RF DI e caso haja outros créditos inferiores a R\$200.000,00 (valor mínimo para movimentação do fundo BRADESCO PREMIUM FI RF DI) deverá ser utilizado o fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF.

Quanto ao pagamento de DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS, deverá ser utilizado o fundo BRADESCO PREMIUM FI RF DI e caso haja pagamento inferior a R\$200.000,00 (valor mínimo para movimentação do fundo BRADESCO PREMIUM FI RF DI) deverá ser utilizado o fundo CAIXA FI BRASIL IRFM1TP RF. Quanto ao pagamento das DESPESAS ADMINISTRATIVAS, deverá ser utilizado, o fundo BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO.

Os valores que retornarem à CONTA CORRENTE DO BANCO BRADESCO, devido à ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta corrente do banco da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e aplicados no fundo CAIXA FI BR IRF-M 1. Após o recadastramento, os pagamentos deverão ser realizados através da conta corrente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O Comitê de Investimentos sugere pela aplicação automática, nos fundos de investimento elencados abaixo, dos recursos que não possam ser tempestivamente aplicados devido aos horários, devendo ser realocados no próximo dia útil para o fundo definido na ata.

- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA
- BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO

O Comitê de Investimentos sugere pela aplicação dos rendimentos gerados nos fundos de aplicação automática no fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA, a cada mês, entre os dias 15 e 30, visando aplicação em fundo mais adequado.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Aos dez dias do mês de novembro de 2023, o valor de cota do fundo ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES, CNPJ: 38.027.169/0001-08, superou a margem de segurança de 5,00%, conforme deliberado em

reunião do Conselho de Administração de 17 de agosto de 2023, permitindo a solicitação de resgate total para aplicação no fundo AZ QUEST AÇÕES FIC AÇÕES, CNPJ: 07.279.657/0001-89. O resgate foi solicitado em 16 de novembro de 2023, sendo a cotização em 17 de novembro de 2023 e previsão de liquidação em 22 de novembro de 2023.

b) Encontra-se, anexa, nesta ata, Certidão de confirmação do valor da cota para solicitação de resgate.

c) Aos sete dias de novembro, foi realizada reunião com a Consultoria em Investimentos, Crédito & Mercado, para apresentação da Política de Investimentos 2024, a qual encontra-se de acordo com a legislação vigente.

d) O Comitê de Investimentos aprova a Política de Investimentos 2024 e remete ao crivo do Conselho de Administração para deliberação.

e) E, não havendo mais nenhuma manifestação, deu-se por encerrada a reunião às 16h00 e eu, Victor Lopes Schiavetti, secretariei os trabalhos e subscrevo _____ seguido dos demais presentes.

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RICARDO PEREIRA DA SILVA
MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS